

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.246 - ES (2019/0302221-9)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CLAUDINER REZENDE DA SILVA - MG087219
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : RICK NUNES VIANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **RICK NUNES VIANA**, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo da Execução Penal, ao unificar as condenações impostas (penas de detenção e reclusão), ensejou o cumprimento em regime mais gravoso do que a detenção autorizaria (regime fechado).

Irresignada, a d. Defesa interpôs recurso de agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, o qual foi **desprovido**, nos termos do v. acórdão, às fls. 20-31, assim ementado:

“AGRAVO EM EXECUÇÃO CRIMINAL - DECISÃO DE 1º GRAU QUE UNIFICOU A PENA DE RECLUSÃO E DETENÇÃO ESTABELECIMENTO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO POSSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. O art. 111 da Lei de Execução Penal estabelece que quando houver condenação por mais de um crime, para a determinação do regime de cumprimento, será considerado o resultado da soma ou da unificação das penas, independentemente de serem de detenção ou reclusão. Precedentes STJ e TJES.

2. Recurso conhecido e improvido.”

Superior Tribunal de Justiça

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa alega que "*não pode a pena de detenção ter o seu início de cumprimento em regime fechado, caso contrário, equiparar-se-ia à pena de reclusão, caracterizando tratamento mais rigoroso do que o previsto na legislação penal ou do que o imposto na sentença condenatória*" (fl. 4).

Sustenta que "*é inadmissível a soma das penas de detenção e de reclusão sob pena de violação dos dispositivos acima elencados, uma vez que a pena de detenção seria cumprida, já inicialmente, em regime fechado, como se de reclusão fosse*" (fl. 5).

Aduz que "*o acórdão ora impugnado, ao seguir o entendimento da decisão de primeiro grau, procedente à soma das penas de detenção e reclusão, violou os artigos 33, 69, e 76, do Código Penal, e 681, do Código de Processo Penal, e 111, da LEP, o qual deve ser interpretado sistematicamente, e não isoladamente negando vigência aos dispositivos do CP e CPP*" (fl. 7).

Requer a concessão da ordem, inclusive **LIMINARMENTE**, "*determinando ao juízo da execução penal que promova, primeiro, o cumprimento da pena de reclusão, somando-se o tempo de detenção após o ingresso do paciente do regime semiaberto; [...] Ao final, seja dado provimento a ordem de Habeas Corpus, confirmando a liminar, para cassar o acórdão e analisar o writ impetrado na origem, haja vista a ilegalidade a que está submetido o paciente*" (fl. 8).

É o relatório. **Decido.**

Na hipótese, verifica-se que o **pedido liminar tem caráter eminentemente satisfativo**, devendo ser oportunamente analisado, após a devida instrução dos autos e a oitiva do d. Ministério Público Federal.

Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO
EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR.
EXCEPCIONALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO.**

Superior Tribunal de Justiça

DESCABIMENTO DO RECURSO. 1. *É assente na jurisprudência deste Tribunal Superior o entendimento no sentido de que não é cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de Relator que, fundamentadamente, indefere pleito de liminar.* 2. *Não se verifica excepcionalidade quando a tutela de urgência não é concedida em razão da satisfatividade da medida e da ausência, de plano, de demonstração da ilegalidade manifesta, pairando sobre a agravante a acusação de integrar organização criminosa interestadual, voltada à narcotraficância.* 3. *Recurso não conhecido.*" (AgRg no HC 348.622/DF, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 28/03/2016)

"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIMINAR. NÃO CABIMENTO. AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. PRETENSÃO SATISFATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO. 1. *A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que não cabe agravo regimental contra a decisão do relator que, em habeas corpus, defere ou indefere a liminar, de forma motivada.* 2. *Ademais, o afastamento da reincidência reconhecida pelas instâncias ordinárias constitui pretensão claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento do mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.* 3. *Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, do qual não se conhece.*" (RCD no HC 407.179/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 09/10/2017)

Por este motivo, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora e ao d. Juízo da Execução.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator

